

## A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS E CONQUISTAS

Vanessa Battestin Nunes<sup>1</sup>, Marize Lyra Silva Passos<sup>2</sup>, Danielli Veiga Carneiro  
Sondermann<sup>3</sup>, Yvina Pavan Baldo<sup>4</sup>, José Mário Costa Júnior<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Espírito Santo/Cefor/vanessa@ifes.edu.br

<sup>2</sup> Instituto Federal do Espírito Santo/Cefor/marize@ifes.edu.br

<sup>3</sup> Instituto Federal do Espírito Santo/Cefor/danielli@ifes.edu.br

<sup>4</sup> Instituto Federal do Espírito Santo/Cefor/yvina@ifes.edu.br

<sup>5</sup> Instituto Federal do Espírito Santo/Cefor/jcjunior@ifes.edu.br

**Resumo** – O objetivo deste artigo foi descrever a trajetória da institucionalização da Educação a Distância no Ifes e os desafios na sua gestão. A metodologia foi uma pesquisa descritiva e estudo de caso. Como resultado, foi descrita a evolução do Ifes até chegar ao Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, responsável pelo apoio à EaD e ao uso de tecnologias na educação e oferta de cursos voltados para formação de profissionais da educação. Percebe-se um aumento no número de cursos e alunos de EaD, a oferta do primeiro curso a distância sem fomento externo e o incentivo institucional, por meio de investimentos financeiros e na alocação de docentes e administrativos exclusivos para o Centro. Porém, há ainda muitos desafios, como referentes à alocação de carga horária docente, alterações na matriz orçamentária, necessidade de uma política em âmbito nacional, entre outras.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Gestão na Educação. Formação.

**Abstract** – The aim of this paper was to describe the Distance Education institutionalization trajectory in Ifes and challenges in its management. The methodology was a descriptive research and case study. As a result, it described the evolution of Ifes to reach the Reference Center in Formation and Distance Education, responsible for support to distance education and use of technologies in education and the offer of courses aimed at formation of education professionals. It's noticed an increase in the number of courses and students of distance education, the first distance learning course without external promotion and the institutional encouragement, through financial investment and allocation of exclusive teachers and administration for the Centre. However, there are still many challenges as related to the allocation of teaching hours, changes in the budget matrix, the need for a policy at the national level, among others.

**Keywords:** Distance Education. Management in Education. Formation.

## 1 Introdução

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) começou a atuar na Educação a Distância (EaD) em 2006, com a criação do Centro de Educação a Distância (Cead). Posteriormente, com a lei nº 11.892 de 2008, que cria os Institutos Federais, passou a atuar, também, na área de formação de professores, ampliando as possibilidades de ofertas de cursos na modalidade a distância e suprindo demandas educacionais do Brasil. Essas duas ações convergiram e culminaram, em 2014, na transformação do Cead em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), que tem como objetivo principal: fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes; e trabalhar a formação de professores e demais profissionais da educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão por meio de práticas educacionais inovadoras e reflexivas.

Algumas das metas do Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE), citam explicitamente a EaD e a formação de profissionais da educação como estratégias fundamentais para cumprimento de metas estabelecidas.

Até o momento da implantação do Cefor e a partir da possibilidade de criação de cursos próprios sem fomento, o Cead era mantido, em especial, com alguns recursos institucionais e outros decorrentes de políticas públicas, tais como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica do Brasil (e-Tec).

A gestão do Cefor é complexa, uma vez que a institucionalização da EaD e este formato de Centro de Referência são muito recentes no país, necessitando que sejam desbravadas muitas questões de cunho econômico, social e político. Além disso, o Cefor abarca duas vertentes que, apesar de complementares do ponto de vista pedagógico e conceitual, são distintas em termos de gestão e de operacionalização.

O objetivo deste artigo é descrever a trajetória da institucionalizada da EaD até o processo de implantação do Cefor, sua estrutura organizacional, as políticas públicas envolvidas, os pressupostos teóricos nos quais se baseia e os desafios para sua consolidação enquanto centro de referência. Espera-se contribuir com outras instituições que estejam refletindo sobre esses aspectos e/ou passando pela etapa de constituição da identidade. A metodologia adotada neste estudo foi a de pesquisa descritiva.

## 2 A gestão na Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino que busca atender a pessoas independente de localização geográfica e/ou tempo determinado, proporcionando um ambiente de mediação, onde a interação e a cooperação são fatores-chave para o sucesso dos processos de ensino-aprendizagem. Considerando as suas características e peculiaridades, ela pode contribuir para uma maior democratização no acesso à educação, por isso, a EaD é vista como uma modalidade capaz de aumentar a oferta de vagas por todo o país. Para além dos

números, é preciso pensar em uma EaD pública, gratuita e de qualidade.

Considerando os aspectos legais, a EaD foi contemplada, inicialmente, no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei de nº 9.394/1996, possibilitando o desenvolvimento da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Entretanto, foi pelo Decreto de nº 5.622/2005 que esse artigo foi regulamentado com a definição de critérios para a oferta de cursos, credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação. Além dos pressupostos do decreto tem-se também os Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, definidos pelo Ministério da Educação (MEC), em colaboração com os sistemas de ensino (BRASIL, 2007). A partir de então, a EaD tem seu reconhecimento formal como uma ampla modalidade de educação regular. Todos estes instrumentos já carecem de atualizações, em especial, pelas questões em torno da institucionalização da EaD.

Os autores Moore e Kearsley (2008) afirmam que um sistema de educação a distância se constitui a partir dos componentes e processos necessários para EaD. São eles: aprendizado, ensino, comunicação, criação e gerenciamento. Para os mesmos, independente de sua dimensão, seja para centenas de milhares de alunos ou uma única turma, um sistema de EaD deve conter:

- (i) um conhecimento que deve ser ensinado e aprendido;
- (ii) um subsistema para estruturar esse conhecimento em materiais e atividades para os alunos;
- (iii) outro subsistema que transmita os cursos para os alunos;
- (iv) professores que interagem com alunos; alunos em seus ambientes distintos;
- (v) um subsistema que controle e avalie os resultados, de modo que intervenções sejam possíveis, quando ocorrerem falhas;
- (vi) uma organização com uma política e uma estrutura administrativa.

Nesse sentido, o Ministério da Educação tem delineado e executado muitas estratégias ao longo de anos na oferta de cursos em EaD no país.

O Sistema UAB, institucionalizado pelo decreto de nº 5.800, é voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores no país, cujo foco é a formação de professores. Ocorre com a cooperação da União e dos entes federativos por meio da oferta de cursos superiores na modalidade a distância, por instituições públicas de ensino superior, em polos de apoio presenciais (BRASIL, 2006).

Já a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), que surgiu em 2007 (BRASIL, 2007) e foi instituída como Rede e-Tec Brasil pelo Decreto de nº 7.589/2011, visa ofertar educação profissional e tecnológica na modalidade a distância e tem o objetivo de ampliar e democratizar o acesso a educação profissional pública e gratuita no País, em regime de colaboração entre União,

Estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2011).

O Sistema UAB e Rede e-Tec, mediante a aprovação de planos de trabalhos anuais, custeiam o desenvolvimento dos cursos e pagamento de bolsas de pesquisa para os profissionais, professores e tutores.

A partir destas propostas de fomento, houve uma expansão da EaD no país como surgimento de cursos a distância ofertados nas várias IPES, demandando a criação de núcleos e/ou centros responsáveis por viabilizar a gestão dos recursos de infraestrutura e tecnológicos, de logística de produção e distribuição de material, de recursos administrativos, entre outros. É nesse contexto que surge, em 2006, no Ifes o Centro de Educação a Distância (Cead), hoje Cefor, citados anteriormente.

Os Referenciais de Qualidade em EaD (BRASIL, 2007) orientam que o planejamento institucional para a modalidade a distância deve contemplar uma visão abrangente, estabelecendo as políticas institucionais para oferta de EaD e também, uma visão específica, formalizando o projeto pedagógico dos cursos, considerando as especificidades da EaD. Em consonância com estes Referenciais, o Ifes definiu metas e estratégias no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). E a definição da política institucional de EaD alinhada com a visão estratégica foi fator primordial à expansão e institucionalização dessa modalidade de ensino.

A sistematização dos fluxos de processos é fundamental para a organização dos processos de EaD, sejam eles administrativos ou pedagógicos. A existência dos fluxos de processos definidos melhoram as condições de operacionalização e de acompanhamento das ações de EaD na instituição.

Outro fator-chave é a comunicação. Se não houver a comunicação adequada entre os atores envolvidos na EaD o processo de ensino-aprendizagem fica comprometido. De acordo com Moura et al, a comunicação efetiva: “[...] estabelece e mantém relacionamentos entre os participantes dos projetos, dando um caráter mais profissional ao trabalho que está sendo desenvolvido” e que “[...] a constante comunicação faz com que novas ideias surjam, e riscos não identificados no planejamento sejam observados e mitigados em tempo hábil” (2010, p. 3).

Um dos caminhos para institucionalização da EaD é planejar uma gestão participativa onde todos os envolvidos possam contribuir com ideias e ações para promover uma EaD de qualidade.

### **3 Procedimentos Metodológicos e objeto de estudo**

Segundo a classificação de Gil (2002) quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica como descritiva, uma vez que visa descrever como tem se dado a expansão e a institucionalização da EaD no Ifes. Segundo Gil (2002, p. 42):

A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de uma pesquisa documental e um estudo de caso, realizado no Instituto Federal do Espírito Santo.

É uma pesquisa documental uma vez que foram analisados diversos documentos institucionais, tais como regimento, arquivos de histórico, apresentações, atas de reuniões, site institucional, portarias, memorandos, ofícios, publicações da equipe, entre outros. Segundo Gil (2002, p. 46):

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. [...] na pesquisa documental as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. [...] Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos [...]. Incluem-se aqui inúmeros documentos tais como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

A pesquisa pode, ainda, ser classificada como um estudo de caso, uma vez que visa estudar de modo profundo um ou mais casos. Como cita Stake (1994, p. 236), uma questão fundamental nessa abordagem “[...] é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso”. E que o “estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”.

No presente trabalho, o objeto de estudo é o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que possui hoje 21 campi, distribuídos em todas microrregiões do estado do Espírito Santo, e um Centro de Referência. Atualmente o Ifes possui parceria com 27 polos de apoio presencial da UAB, 14 polos e-TEC e 11 polos que são campi da própria instituição.

#### **4 Contexto da pesquisa e coleta de dados**

A Educação a Distância no Ifes iniciou em 2004 por meio da criação de um projeto pedagógico de EaD para a instituição. Em 2005 ocorreu a submissão do primeiro curso a distância do Ifes ao primeiro edital da UAB. Trata-se do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), planejado em 2006, tendo iniciado sua oferta em 2007, com 320 vagas distribuídas em 13 municípios.

O ano de 2006 foi um marco importante no processo de institucionalização da EaD, em decorrência da criação do Centro de Educação a Distância – Cead, que visava normatizar, supervisionar e acompanhar os processos educacionais (cursos, programas e projetos) relativos à EaD em todos os níveis. Neste momento, a instituição dirigiu esforços para essa iniciativa, alocando espaços físicos (naquele momento, duas salas em um campus), equipamentos (computadores, impressoras), materiais diversos e três estagiários. Os professores responsáveis por planejar e administrar o Centro eram, também, os responsáveis pelo curso TADS. Portanto, eram bolsistas da UAB e não possuíam redução de carga horária docente para se dedicar ao Centro, ou seja, atuavam fora do horário de expediente.

No decorrer dos anos, novos cursos foram surgindo e, em 2008, por meio da

parceria com a Rede e-TEC Brasil iniciou-se o primeiro curso técnico a distância: o Técnico em Informática. Ainda em 2008, a instituição que até então era Cefetes transformou-se em Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. A lei que passou a reger os institutos federais (11.892 de 2008), trouxe novas atribuições, dentre elas a necessidade de que 20% das vagas sejam para formação de professores.

Em 2009, o Cead foi transformado em Diretoria, estando vinculado à Pró-reitoria de Ensino do Ifes. Este foi mais um passo no processo de institucionalização. Neste momento, o Cead contava com um veículo e com um prédio próprio, construído com recursos da UAB e da própria instituição, ainda que no terreno de um campus da instituição; a diretoria recebeu uma CD 3 (cargo de direção); contava com bolsistas da equipe multidisciplinar do sistema UAB, com estagiários e com a dedicação parcial de alguns professores de outros campi do Ifes; contava, ainda, com um quadro, ainda que pequeno, de servidores administrativos efetivos, para atuar na produção de materiais didáticos, no setor de Tecnologia de Informação (TI) e na gerência de ensino. Os recursos de custeio, porém, eram ainda provenientes, quase que exclusivamente, dos programas de fomento, especialmente da UAB.

Em 2010, quando a matriz orçamentária do Conif passou a contemplar os cursos a distância, os dirigentes do Ifes optaram por realizar a descentralização dos cursos para os campi que eram responsáveis pela sua coordenação. Desta forma, o Cead continuou a trabalhar e ainda ampliou o apoio aos campi no que se refere aos cursos a distância, porém, passou a não ofertar mais os cursos, com exceção das formações para os profissionais da EaD.

Em 2014, o Ifes deu mais um importante passo rumo à institucionalização, quando o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, com base no artigo 5º da portaria 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para expansão dos institutos federais, citando a possibilidade de criação dos Centros de Referência. O Cefor foi criado tendo dois objetivos principais:

- **EaD** – Fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes.
- **Formação** – Trabalhar a formação de professores e demais profissionais da educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão.

A partir de sua criação, o Cefor passou a contar, também, com um grupo de docentes lotados exclusivamente para dedicação ao centro. Desta forma, passou a não apenas continuar o apoio aos campi no que se refere à EaD e ao uso de tecnologias na educação, como começou, também, a ofertar seus próprios cursos.

Atualmente o Ifes oferta doze cursos a distância, apoiados pelo Cefor, sendo: dois em nível técnico - Informática e Administração; quatro graduações - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Informática, Licenciatura em Letras Português e Complementação Pedagógica; e seis especializações - Informática na Educação, Educação Profissional e Tecnológica,

Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Tecnologias Educacionais - todos os cursos em andamento.

Dos 12 cursos citados, os dois cursos técnicos são fomentados pela e-Tec e nove dos 10 cursos superiores são fomentados pela UAB. Além disso, são também ofertados alguns cursos fomentados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Para o segundo semestre de 2015, estão previstas três novas especializações, fomentadas pela UAB - Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental, Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente na Educação Básica, Educação: currículo e ensino. Estão previstos, também, quatro novos cursos técnicos do Programa Profucionário, fomentados pela e-Tec: Multimeios didáticos, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar.

Dos cursos citados, a especialização em Informática na Educação, a especialização em Tecnologias Educacionais e os quatro cursos técnicos do Profucionário são ofertas do Cefor. Além destes, o Cefor realiza outras ações de EaD que envolvem a formação dos profissionais, tais como: Formação de Professores para EaD (200h), Formação de Tutores (100h), Formação de Design Instrucional (180h) e as formações continuadas que contam com diversos cursos de curta duração, tais como: Webconferência, Hangout, Ferramentas de Revisão de Texto, Orientador de TCC para EaD, entre outros. Além disso, o Cefor realiza eventos anuais abertos a toda comunidade interna e externa, visando discutir metodologias de EaD, o uso de tecnologias na educação e a formação de professores e demais profissionais da educação.

No ano de 2015, o Ifes deu mais um importante passo no processo de institucionalização da EaD quando o Cefor iniciou a especialização em Tecnologias Educacionais, o primeiro curso na modalidade a distância ofertado pelo Ifes sem a parceria com programas federais, ou seja, contando apenas com fomento próprio.

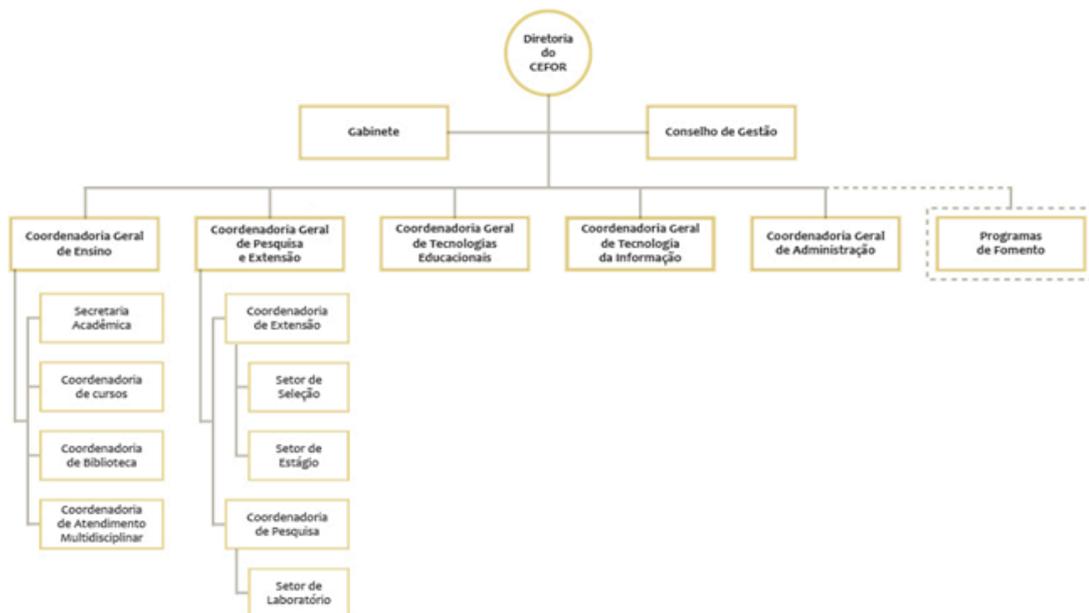
#### **4.1 Organização do Cefor**

O Cefor é um órgão subordinado à Pró-reitoria de Ensino, com estrutura organizacional vertical alta dividida em quatro níveis hierárquicos: diretoria geral, coordenações gerais, coordenações de área e setores além de dois órgão de assessoramento, conforme visto na Figura 1. Possui uma abordagem funcional que “[...] é o agrupamento de atividades baseada no uso de habilidades, conhecimentos e recursos similares” (CHIAVENATO, 2004, p. 317).

A Diretoria do Cefor tem como principais responsabilidades organizar e supervisionar as atividades do Centro; gerenciar, conjuntamente com as coordenadorias gerais, os recursos humanos lotados nela; coordenar e supervisionar a utilização dos recursos financeiros dos cursos e/ou programas subordinados a ela. A Diretoria possui dois órgão de assessoramento o Gabinete e o

Conselho de Gestão. O primeiro tem como responsabilidade assistir as ações da Diretoria do Cefor e o segundo é um órgão consultivo que tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes no que tange à formação, ao uso das TIC e à oferta dos cursos a distância.

No segundo nível hierárquico encontram-se as Coordenadorias Gerais de: Ensino; Pesquisa e Extensão; Tecnologias Educacionais; Tecnologia da Informação e Administração, além das coordenações de programas de fomento.



**Figura 1 - Estrutura organizacional do Cefor**

A Estrutura Funcional do Cefor é mantida por 19 funcionários administrativos, 17 professores com dedicação exclusiva ao Cefor, um professor com dedicação parcial ao Cefor, 15 bolsistas do programa UAB e 13 estagiários, totalizando assim, 65 profissionais atuando diretamente no Cefor, sem contar com os vários bolsistas dos programas de fomento.

#### **4.2 Apoio aos Campi – EaD e uso de Tecnologias na Educação**

O Cefor, em sua função de órgão balizador da metodologia de EaD no Ifes, estabeleceu alguns princípios norteadores para o funcionamento da modalidade na instituição, tais como: priorização da construção de conhecimentos como princípio educativo; formas de comunicação eficientes entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem; acompanhamento do processo de aprendizagem; promoção da interdisciplinaridade com base em uma relação dialógica entre as disciplinas, dentre outros (BRASIL, 2014). Baseada nesses princípios, a metodologia de EaD proposta pelo Cefor, procura proporcionar diálogo entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem, além de acesso aos recursos didáticos e de infraestrutura

que podem ser utilizados pelos estudantes.

A equipe multidisciplinar de curso pode variar de acordo com o curso e/ou o programa federal. É importante ressaltar que o Cefor pode gerenciar e ofertar cursos financiados por programas federais, como a UAB e o e-Tec, ou sem fomento, como é o caso do curso de pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais.

Guardadas as particularidades, a equipe multidisciplinar envolvida na metodologia de EaD do Ifes é constituída por (BRASIL, 2012): coordenador de curso, coordenador de tutoria, pedagogo, designer educacional, professor e tutor.

É importante ressaltar que, em virtude das características financeiras e estruturais dos cursos sem fomento (não há pagamento de bolsa; não há recursos de custeio, não há necessariamente disponibilidade de polos de apoio municipais; equipe reduzida, etc.), o número de alunos atendidos passa a ser menor, possibilitando que o docente possa atuar produzindo, executando, gerenciando sua disciplina, além de realizar o atendimento aos alunos.

Nesse caso, o modelo de massa antigamente associado a EaD passa a dar lugar a um fazer pedagógico mais concentrado, que começa a quebrar o paradigma da EaD como produtora de matrículas e redutora de despesas. O foco é possibilitar aos alunos uma educação flexível, que desenvolva sua autonomia e que possibilite o diálogo na construção dos conhecimentos, mesmo que não seja possível atingir um grande número de estudantes de uma só vez. Cabe ressaltar, ainda, que nos cursos sem fomento é incentivada a utilização dos campi da própria instituição como polos, pois entendemos que esse também é um importante passo na institucionalização da modalidade a distância.

O Cefor apoia os campi do Ifes que possuem e/ou pretendem implantar cursos a distância, semipresenciais ou mesmo que desejam fazer o uso de tecnologias na educação. Vários serviços são providos tais como:

- Propor e implementar políticas e metodologias de EaD no Ifes.
- Articular com os campi e programas de fomento os cursos de EaD do Ifes.
- Apoiar os campi no planejamento e execução da EaD nos 20% em cursos presenciais e no uso de tecnologias na educação.
- Selecionar e capacitar profissionais para atuar com EaD no Ifes.
- Emitir parecer de projetos de cursos a distância.
- Desenvolver e apoiar a produção de materiais didáticos (livros, salas virtuais, videoaulas, animações, ilustrações, áudio etc.)
- Administrar o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) e apoiar os campi na sua utilização.
- Apoiar os campi no uso de TICs (webconferência, transmissão online etc).

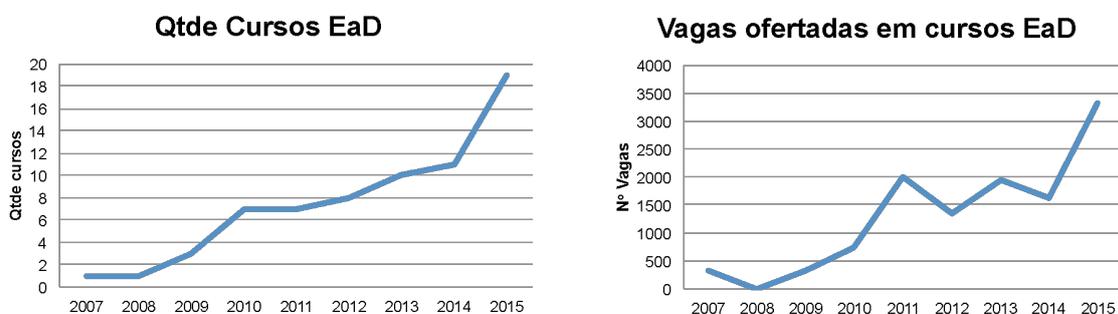
- Apoiar os registros acadêmicos dos campi, as Coordenações de Tecnologia de Informação (CTIs) e outros setores quanto a procedimentos de EaD.

A Tabela 1 mostra a oferta de cursos a distância no Ifes ao longo dos anos, apoiados pelo Cefor, e separados nos diferentes níveis.

Cursos a distância do Ifes (apoiados pelo Cefor)																		
Cursos	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas	Qtde	Vagas
Técnico	0	0	0	0	1	50	1	0	1	300	1	400	2	624	2	624	6	960
Graduação	1	320	1	0	2	270	2	0	2	315	3	162	3	623	4	300	4	1050
Pós Lato Sensu	0	0	0	0	0	0	4	750	4	1400	4	775	5	700	5	700	9	1330
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>320</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>320</b>	<b>7</b>	<b>750</b>	<b>7</b>	<b>2015</b>	<b>8</b>	<b>1337</b>	<b>10</b>	<b>1947</b>	<b>11</b>	<b>1624</b>	<b>19</b>	<b>3340</b>

**Tabela 1. Cursos a distância do Ifes (apoiados pelo Cefor)**

A Figura 2 mostra o crescimento no número de cursos e vagas.



**Figura 2. Crescimento na quantidade de cursos a distância e vagas do Ifes**

De 2007 a 2014 foram ofertadas 8313 vagas em cursos EaD no Ifes. Dessas, 3883 foram de cursos de formação de professores (47%). Em 2014, dos 16279 alunos do Ifes, 3228 eram de EaD (20%).

#### 4.3 Formação de Profissionais da Educação

Com relação ao segundo objetivo, o Cefor já oferta as formações para profissionais de EaD desde 2007, tendo formado cerca de 2.500 profissionais. Mas é apenas a partir de sua criação enquanto Centro de Referência, em 2014, que passou a ter amparo legal para oferta de cursos regulares, que passam a ser cadastrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SisTec) e, com possibilidade, de serem contabilizados para matriz orçamentária.

Como já citado, o Cefor foca em cursos de formação dos profissionais da Educação, sejam eles presenciais ou a distância, sejam voltados para professores ou servidores administrativos. A tabela 2 traz os cursos atualmente ofertados pelo Cefor, os cursos a iniciar em 2015 e os previstos.

É válido ressaltar que os cursos presenciais ainda não iniciaram no Cefor por falta de espaço físico, uma vez que o prédio atual contempla apenas áreas administrativas. A instituição está em busca de um novo local que atenda a oferta de

curso, tais como salas de aula, laboratórios, biblioteca etc.

Técnico	Profuncionário - Multimeios didáticos	Em execução
	Profuncionário - Alimentação Escolar	Em execução
	Profuncionário - Infraestrutura Escolar	Em execução
	Profuncionário - Secretaria Escolar	Em execução
	Libras	Em execução
Pós Lato Sensu	Informática na Educação	Em execução
	Tecnologias Educacionais	Em execução
	Educação a Distância (**)	Previstos
Pós Stricto Sensu	Mestrado em Ensino de Ciências em Matemática (*)	Em execução
	Mestrado em Tecnologias Educacionais (**)	Previstos
	Doutorado em Ensino de Ciências em Matemática (**)	Previstos
Aperfeiçoamento, FIC e capacitação	Formação de Tutores para EaD	Em execução
	Formação de Professores para EaD	Em execução
	Formação de Designer Instrucional para EaD	Em execução
	Orientador de TCC para EaD	Em execução
	Capacitações em: Revisão de Word, Hangout, Webconferência, Tablet na Educação	Em execução
	Capacitações em: Direitos Autorais, Pesquisas Investigativas e Resolução de Problemas, Wink e Windows Movie Maker	Em execução
	e-Tec sem Fronteiras: Inglês, Espanhol e Português para estrangeiros	Em execução
	Formação de Gestores em EaD	Previstos
	Moodle avançado	Previstos
	Administração do Moodle	Previstos

■ Em execução  
■ A iniciar em 2015  
■ Previstos  
 (\*) Em outro campus por falta de espaço  
 (\*\*) Projetos de curso escritos e aprovados internamente

**Tabela 2. Cursos atuais do Cefor e previstos**

## 5 Análise dos dados e desafios do processo de institucionalização

Primeiramente, percebe-se que os dois objetivos básicos do Cefor (EaD e formação de profissionais da educação) estão alinhados com a lei 11.892 dos IFs, que determina que 20% das vagas sejam para formação de professores e com diversas metas do PNE, que citam explicitamente a EaD e a formação de profissionais da educação como estratégias fundamentais.

Analisando a primeira vertente do Cefor (EaD), percebe-se o resultado do apoio aos campi, uma vez que entre 2007 e 2014 possibilitou a oferta de 8.313 vagas, sendo que em 2014 cerca de 20% dos alunos do Ifes eram de EaD. Os dados também mostram que este apoio está crescendo e há previsão de grande expansão em 2015 (de 106%) - de 11 cursos (1624 vagas) para 19 (3340 vagas). Um passo importante ao processo de institucionalização é o fato do Ifes ter passado a usar como polo presencial não apenas os polos municipais ou estaduais do sistema UAB ou e-Tec, mas também os próprios campi.

Percebe-se, ainda, que além da EaD, o Cefor tem ampliado seu foco de atuação, visando apoiar, também, a utilização dos 20% a distância em cursos presenciais e uso de tecnologias na educação, seja como complementação ao presencial, seja em outras atividades, como pesquisa, extensão ou administração.

É válido ressaltar que durante estes anos de atuação do Cead/Cefor, o Ifes cresceu significativamente, tendo passado de quatro para 21 campi. Isso significa

grande aumento na demanda de trabalho, que necessita de pessoal administrativo especializado em informática (para apoio ao uso e gestão de ferramentas - ambiente virtual de aprendizagem, webconferência etc.); profissionais de criação de mídias (animação, texto, imagem e vídeos); roteiristas (por exemplo, para vídeo-aulas); pedagogos e designers educacionais (para apoio à criação de projetos de cursos, escolha de recursos para as disciplinas, definições de diretrizes etc.); pessoal para seleção de equipes multidisciplinares; coordenadores de programas de fomento etc.

Como citado, o Cefor conta hoje com 63 profissionais, sendo 36 efetivos (entre administrativos e docentes). Por um lado, percebe-se ainda um quantitativo razoável de bolsistas, o que significa que na ausência dos programas de fomento, uma grande força de trabalho seria perdida. Por outro lado, o contingente de profissionais efetivos demonstra que a estrutura hoje não é dependente exclusivamente de colaboradores financiados por programas de fomento, sendo este um grande passo para a institucionalização da EaD dentro do Ifes. Neste contexto, um primeiro avanço se deu com a contratação de servidores administrativos para atuar no Cead/Cefor e, mais recentemente, com a vinda de professores.

É importante destacar que desde o início da EaD no Ifes, os trabalhos eram dirigidos por docentes, que atuavam, naquela época, apenas por meio de bolsas do programa UAB, para atender a um curso específico. Isso significa que havia um grande acúmulo de funções, uma vez que recebiam bolsa para atuar no curso, mas não para planejar, gerir e executar as ações do centro e não possuíam qualquer alocação de carga horária para tal. Em 2008, houve uma tentativa institucional de apoiar essa ação, por meio da alocação parcial da carga horária dos docentes envolvidos. Além disso, a instituição concedeu algumas vagas de concurso público ao campus em que estes docentes estavam lotados, para que o mesmo não tivesse prejuízos. Porém, essas iniciativas não foram tão bem compreendidas no campus, gerando certos descontentamentos por pessoas externas e desmotivação nos docentes envolvidos. Com o tempo verificou-se que a solução seria essa atuação ocorrer por dentro e não externamente ao Centro, o que se consolidou com a remoção e o concurso público de docentes para atuarem no Cefor, em 2014.

Porém, ainda há diversos desafios referentes a estes aspectos visando à institucionalização da EaD, em que podemos destacar a necessidade de alteração da resolução que normatiza a distribuição de carga horária docente, visando que contemple atividades inerentes à EaD, tais como tutoria e designer instrucional. Diversas discussões são necessárias, como a forma que estes profissionais são encarados – seriam novas funções ou atribuições dos profissionais existentes? Como se daria o trabalho nos polos presenciais, sem contar com bolsas etc.

Outro aspecto importante para a institucionalização é que, com o aumento no número de campi e, com isso, da demanda de trabalho do Cefor, são necessárias novas estratégias visando dar maior autonomia aos professores e aos campi. Assim, é necessário pensar em setores nos campi que possam dar apoio mais direto às equipes dos cursos, como núcleos de tecnologias educacionais (NTEs).

Além disso, é necessário expandir as formações de profissionais da EaD e da educação como um todo. Entra aqui a segunda vertente do Cefor, que se assemelha a administração de um campus, para oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades. No caso do Cefor, o foco é em atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados para formação de profissionais da educação. Necessita-se, assim, de espaços físicos adequados (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, secretaria etc.) e de docentes e técnicos administrativos para as novas demandas (secretaria acadêmica, assistência estudantil, administração, biblioteca etc).

A diversidade de campi e de cursos trás, ainda, outras consequências. Metodologias que funcionam muito bem para determinado curso ou público-alvo podem não funcionar para outros. Assim, são necessárias constantes pesquisas e experimentações, uso de novos métodos, ferramentas, ambientes virtuais etc. A presença de docentes no quadro do Cefor tem contribuído enormemente para isso.

Há ainda que se pensar nas diversas formas de acessibilidade e inclusão das pessoas que possuem necessidades especiais, algo que não é um problema exclusivo da educação a distância, mas que deve ser também tratada, por meio do uso das Tecnologias e Informação e Comunicação (TICs). Algumas iniciativas estão sendo realizadas no Cefor, mas este item ainda se constitui um desafio.

Outra questão bastante complexa é a administração de recursos financeiros, uma vez que a equipe do Cefor não conta com especialistas na área financeira e de direito. Os recursos são provenientes de fontes distintas (institucionais, UAB, e-Tec e outras agências de fomento) e possuem regras diferentes de utilização e prestação de contas. Isso gera dúvidas, grande demanda de trabalho e stress na equipe.

Ainda com relação aos aspectos financeiros, há de se destacar que para que um processo de institucionalização efetivamente ocorra, há necessidade de se transformar o modelo de financiamento para que os recursos passem a vir na matriz orçamentária. Os Institutos Federais deram um passo neste sentido, a partir do momento que o Forplan/Conif passou a destinar parte dos recursos aos centros de apoio à EaD e aos campi ofertantes, com base no número de alunos. Esses recursos são importantes uma vez que o financiamento externo, na maioria das vezes por meio de bolsas, pagam exclusivamente alguns tipos de serviços, como professores, tutores, pedagogos, revisores, equipe multidisciplinar etc. Outros serviços, porém, que demandam trabalho de profissionais da instituição, como uso das bibliotecas dos campi, dos registros acadêmicos, assistência estudantil, entre outros, não são custeados pelos programas de fomento, ficando como contrapartida da instituição. Assim, recursos para os campi são uma forma de suprir em parte essa necessidade e de incentivar a abertura de novos cursos a distância.

Algumas questões, porém, precisam ser ajustadas. Primeiramente, a matriz considera unicamente cursos a distância, sem fazer distinção entre cursos com fomento externo e cursos sem fomento. Faz sentido que um curso que conta com outros recursos externos receba um quantitativo menor de recursos institucionais. Porém, no caso de cursos que não possuem fomento externo, isso não é verdade.

Assim, é necessário fazer uma distinção na matriz vigente entre cursos com e sem fomento. Outra questão é com relação aos Centros de Referência, muitas vezes ligados às respectivas reitorias, como é o caso do Cefor. Estes Centros podem, assim como os campi, ofertar cursos. Porém, a matriz Conif de 2015 não leva em conta os Centros de Referência e também não considera o número de alunos no caso da reitoria. É necessário contemplar os Centros de Referência na matriz e, inclusive, o seu número de alunos, seja para vinda de recursos de custeio e investimento, como para outros tipos de recursos, como de assistência estudantil. Essas ações são necessárias visando, inclusive, a sustentabilidade futura destes centros.

No Ifes, um grande avanço na EaD tem ocorrido devido ao apoio da gestão/reitoria. Se por um lado isso é positivo, por outro mostra a EaD ainda dependente. Assim, um importante desafio no processo de institucionalização é tornar o Cefor mais independente, fazendo com que ações e/ou investimentos não corram o risco de sofrer consequências negativas em decorrência de visões pessoais dos gestores. Afinal, como se bem sabe, um contínuo desafio, e talvez o maior, neste processo de institucionalização é romper com os pré-conceitos que ainda são dirigidos à EaD, considerada por alguns como educação de baixa qualidade.

## 6 Conclusões

O processo de institucionalização da EaD no Cefor/Ifes vem se constituindo pelo desenvolvimento de práticas para disseminação da EaD e uso de tecnologias educacionais no Ifes e pela formação de profissionais da educação. Ao longo dos anos, teve muitos avanços, tendo contado sempre com apoio institucional advindo das gestões anterior e atual, que têm apoiado financeiramente e promovido a alocação de docentes e técnicos administrativos para atuarem exclusivamente no Centro. Porém, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados.

Primeiramente, assim como qualquer IES pública, depende da regulamentação e de uma política em nível nacional. Além disso, é necessário avançar para que a EaD se estabeleça de maneira plena e não à margem de cursos presenciais regulares. O Cefor deu um passo neste sentido por meio de seu primeiro curso sem fomento a distância na área de Tecnologias Educacionais.

Alguns dos principais desafios têm sido a garantia do atendimento e respeito a EaD enquanto modalidade em todas as resoluções internas, parecer em projetos pedagógicos na modalidade a distância, promover a qualidade dos cursos por meio de uma metodologia que promova o uso das tecnologias de maneira inovadora e reflexiva, entre outros. Ao longo dessa trajetória, ao passar de Cead para Cefor surge, ainda, os desafios de gestão e, também os desafios de oferta de formação.

Assim, seja na institucionalização da EaD, ou seja na definição de uma estrutura física e de pessoal condizente com as necessidades do Centro de Referência, há um longo caminho a se percorrer, dadas as interlocuções que precisam existir em nível nacional e considerando a necessidade de atender as

diferentes especificidades de um país tão extenso como o Brasil. Espera-se com este artigo alavancar novos parceiros institucionais em busca da efetiva institucionalização da EaD, da Formação e dos Centros de Referência.

## Referência

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 6ª reimpressão.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : Diário Oficial da União de 21 de dez.1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República – Casa Civil. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm). Acesso em 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800, de 08 de jun. 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: Diário Oficial da União de 09 de jun. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. Brasília, Ago. 2007 <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.301, de 12 de dez. 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Brasília: Diário Oficial da União de 13 de dez. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm). Acesso em 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.589, de 26 de out. 2011. Institui o Sistema e-Tec Brasil. Brasília: Diário Oficial da União de 27 de out. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm). Acesso em 12 jan. 2014.

MOORE, Michael G., KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MOURA, Elton Siqueira; NUNES, Vanessa Battestin; Carneiro, Danielli Veiga; Baldo, Yvina Pavan; JUNIOR, José Mário C. Processo de planejamento da comunicação em projetos de educação a distância utilizando as boas práticas em projetos do PMI. Anais do XVI Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, Foz do Iguaçu - PR, 2010